



Anexo VIII - TERMO DE REFERÊNCIA

Avaliação da Aprendizagem do Ensino Fundamental - 2015

Justificativa

Conforme os artigos 102 a 107 da Lei Complementar nº 32, de 17 de setembro de 2010 (anexa), que “*Dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público e dos Profissionais de Apoio Educacional do Município de Birigui*”, a partir do ano letivo de 2011, passaria a vigorar na rede municipal de educação o mecanismo de “Progressão Funcional Via Não-Acadêmica”, conforme se observa na Seção II e artigo 101 da referida Lei:

Seção II

Da Progressão Funcional pela Via Não-Acadêmica

Art. 102. *A progressão funcional pela via não-acadêmica dos titulares de cargo de provimento efetivo do Quadro do Magistério Público Municipal e do Quadro de Apoio Educacional tem por objetivo a valorização dos profissionais da educação e a melhoria da qualidade do ensino público e será concretizada mediante a conjunção de fatores constantes do artigo 104, na forma estabelecida na presente Lei Complementar.*

Parágrafo único: *O servidor fará jus à progressão funcional pela via não-acadêmica depois de avaliado, no mínimo, por 5 (cinco) anos em efetivo exercício no cargo e, entre uma progressão funcional via não-acadêmica e outra, serão cumpridos interstícios mínimos de 5 (cinco) anos.*

O artigo 104, desta mesma Lei, explicita que tal mecanismo decorrerá da contagem de pontos oriundos dos seguintes fatores:

Art. 104. *A progressão funcional pela via não-acadêmica dependerá da contagem de pontos dos fatores abaixo descritos:*

I - aperfeiçoamento profissional [...]



II - frequência aos dias de trabalho na seguinte conformidade [...]

III – Avaliação de resultado dos docentes:

a) Aos docentes que atuam no Ensino Fundamental aplicar-se-ão os indicadores de proficiência, resultantes da variação entre a avaliação de entrada e de saída em relação ao crescimento que se pretende obter na Educação Municipal, bem como da avaliação da unidade escolar ou os indicadores de avaliação externa municipais, estaduais e/ou nacionais.

b)

c) Aos docentes de Educação Física (PII), Oficina Curriculares e Educação Especial a pontuação será em função da média do resultado discente da Escola Municipal onde tenham sede ou, caso contrário, possuam maior número de aulas.

IV – Avaliação de resultado dos Especialistas em Educação:

a) Aos Supervisores de Ensino aplicar-se-ão os indicadores de avaliação externa municipais, estaduais e/ou nacionais que avaliem toda a rede municipal.

b) Aos Orientadores Pedagógicos de CEI, Diretores de CEI, Coordenadores Pedagógicos, Vice-Diretores e Diretores de Escola aplicar-se-ão os indicadores de avaliação externa municipais, estaduais e/ou nacionais que avaliem toda a unidade escolar.

Assim, para a consecução dos objetivos a que se propõe o sistema de “Progressão Funcional Não-Acadêmica”, os profissionais ocupantes dos cargos das classes de apoio educacional, docentes e especialistas em educação da Secretaria Municipal de Educação deverão ser avaliados por meio dos **resultados positivos obtidos na avaliação, tomando-os em nível de desempenho global dos alunos** (§ 2º, da Lei Complementar nº 32/2010).

Ainda, estabelecendo disposições para a definição dos processos de avaliação externa na rede municipal, o § 3º, do artigo 104 estabeleceu que **“Poderá ser estabelecido mecanismo municipal de avaliação externa cujo valor máximo da nota do resultado discente seja estabelecido em 10 (dez) ou 100 (cem) pontos [...].”**

Dessa forma, a necessidade de contratação de empresa para avaliação de alunos do Ensino Fundamental é explicitada no corpo da Lei Complementar nº 32/2010, que estabelece os critérios e as finalidades de sua aplicação. Além disso, a contratação de empresa devidamente



habilitada para prestar tal serviço encontra amparo na Constituição Federal, em especial no artigo 37, que prevê:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impeccabilidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]

Diante do dispositivo constitucional em grifo, a Secretaria Municipal de Educação de Birigui, tendo conhecimento da importância e seriedade que envolve o processo de aferição da aprendizagem escolar de seus alunos nas mais diferentes etapas, tem, evidentemente, que zelar para que todo o processo se dê em estrita observância com os princípios da impessoalidade e eficiência, já que se supõe que a empresa contratada possa trazer, além de um serviço especializado, maior credibilidade e transparência.

Assim sendo, diante da necessidade de se aferir a aprendizagem escolar dos alunos do Ensino Fundamental, almejando permitir ao Sistema Municipal de Educação a realização de seu fim indispensável, isto é, a garantia da oferta e atendimento educacional de qualidade, justificamos a necessidade de contratação de empresa competente para realização de processo de avaliação externa da aprendizagem escolar, de acordo com as especificações a seguir.

Especificações da Avaliação da Aprendizagem Escolar

1) DO OBJETO

Trata-se de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de avaliação da aprendizagem escolar, por meio **da elaboração de avaliações direcionadas aos alunos do Ensino Fundamental**, para as etapas de 1º a 5º ano, nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, **mediante à formulação de questões de acordo com a Teoria de Resposta ao Item -TRI**.

Ao elaborar as avaliações, a empresa contratada deverá, também, prestar os seguintes serviços:

1) Participar das reuniões estabelecidas pela Secretaria de Educação e cumprir o cronograma de trabalho definido;



2) Utilizar na ferramenta de avaliação procedimentos metodológicos consagrados na literatura científica na área de avaliação externa de aprendizagem, capazes de analisar o aprendizado dos alunos e verificar os resultados entre as diferentes etapas em que o ensino é organizado, entre os diferentes anos, entre as diferentes escolas e entre diferentes turmas, principalmente, com o que é esperado para cada etapa;

3) Adotar matriz de referência de avaliação considerando três competências: competência leitora, competência matemática e competência científica, traduzidas por uma listagem de habilidades, concebidas e formuladas pela articulação entre os conteúdos - conhecimentos curriculares e as operações mentais (processos cognitivos) desenvolvidos pelos alunos;

4) Para alunos do 1º ano do Ensino Fundamental a licitante deverá disponibilizar Avaliações nas áreas de Língua Portuguesa (LP), de Matemática (MAT) e de Ciências (CIE). Essas opções deverão refletir as mesmas adotadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Provinha Brasil e Prova Brasil.

5) A aplicação das Avaliações para o 1º ano do Ensino Fundamental deverão refletir ainda, as ideias defendidas pelo Ministério da Educação (MEC), no que se refere a subsidiar a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas na área educacional, contribuindo para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino.

6) As questões que compõem os cadernos de avaliação deverão ser elaboradas contemplando os conteúdos referentes a cada um dos componentes curriculares da programação curricular anual de conteúdos do 1º ano do Ensino Fundamental.

7) Os resultados das Avaliações aplicadas nos alunos do 1º ano do Ensino Fundamental deverão ser entregues à Secretaria Municipal de Educação em forma de relatório. O relatório deverá ser composto por gráficos e tabelas, os quais deverão apresentar as informações de cada escola, disciplina, ano escolar e turma.

8) Elaborar avaliação de desempenho dos alunos do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, nas áreas de Língua Portuguesa (LP), com enfoque em leitura, de matemática (MAT) com foco na resolução de problemas e de Ciências (CIÊN) com foco nos fenômenos naturais e tecnologia;

9) Basear-se em uma proposta curricular elaborada com base nas Diretrizes Nacionais, bem como nos documentos que balizam as avaliações nacionais (SAEB) / Prova Brasil



e internacionais (PISA), com diversos instrumentos avaliativos entre testes e questionários contextuais para alunos e professores;

10)Imprimir os cadernos/questionários de avaliação em quantidades suficientes, conforme as especificações da Secretaria de Educação;

11)Providenciar a impressão e acondicionamento adequado junto aos cadernos de avaliação dos recursos pedagógicos impressos que venham a compor os itens avaliados;

12)Disponibilizar por meio eletrônico (web) equipe técnico-pedagógica para capacitar os aplicadores e/ou gestores escolares quanto à forma de aplicação das avaliações, de acordo com o que for definido pela Secretaria de Educação;

13)Disponibilizar após as capacitações realizadas os arquivos utilizados (slides e/ou manual de aplicação), para que caso haja necessidade as unidades escolares possam retornar com seus profissionais aplicadores orientações e aspectos relevantes;

14) Elaborar questionários para coleta de informações contextuais sobre alunos, professores e diretores, que auxiliarão no entendimento dos resultados obtidos;

15)Sistematizar informações a respeito do desempenho dos alunos no que tange ao desenvolvimento de competências e habilidades;

16)Elaborar testes para a verificação das competências e habilidades, tendo em vista que as respostas obtidas em cada item deverão ser transformadas em um escore, denominado proficiência, utilizado pela Teoria de Resposta ao Item -TRI;

17)Possibilitar que os resultados obtidos sirvam de base de análise e reflexão para o redirecionamento das intervenções pedagógicas;

18)Possibilitar por meio dos instrumentos utilizados pela ferramenta de avaliação uma coleta grande de informações úteis, capazes de identificar áreas, cujos resultados sejam satisfatórios e outras que precisam ser aprimoradas;

19)Providenciar para que as provas da Avaliação do Desempenho Acadêmico do Aluno sejam enviadas para a Secretaria Municipal de Educação e aplicadas conforme sua definição. Os alunos deverão utilizar o caderno de provas para a resolução das questões, no qual, deverá ter espaço para rascunho e execução de cálculos;

20)Comunicar a escola a respeito dos resultados alcançados através de um relatório que apresente um diagnóstico institucional que deverá ser entregue ao diretor da escola, contendo os resultados de desempenho das turmas avaliadas;



21) Inserir no relatório de resultados uma parte descritiva e outra ilustrativa, além disso, deverá apresentar gráficos e tabelas, os quais traduzam as especificidades das turmas de alunos, no ano que frequentam e disciplinas correspondentes;

22) Promover com base nas informações coletadas pela ferramenta de avaliação a reflexão junto com a escola se, de fato, os alunos aprenderam o que deveriam ter aprendido – devendo disponibilizar o atendimento total de 16 horas – sendo 8 horas via web conferência e 8 horas presenciais;

23) Assegurar que a ferramenta de Avaliação do Desempenho Acadêmico verifique o status cognitivo dos alunos que frequentam as escolas públicas, com o intuito de contribuir com a reflexão sobre a gestão escolar e a qualidade de ensino;

24) Garantir que os testes para os alunos sejam compostos por itens distribuídos de maneira equilibrada por eixos, processos cognitivos e situações de uso e que os questionários contextuais sejam capazes de coletar informações a respeito dos alunos, professores e diretores no que se refere aos aspectos sociais, culturais, econômicos, entre outros, que corroboram com a análise dos resultados dos alunos;

25) Assegurar que a Secretaria de Educação e as escolas recebam os resultados das avaliações em forma de gráficos, tabelas e um descritivo delineados em um Relatório Diagnóstico Educacional em arquivo digital (CD/Pendrive);

26) Possibilitar que a análise dos relatórios seja realizada pelas equipes diretiva e docente das escolas, e deverá ainda, permitir uma revisão das práticas educativas para o alcance efetivo do desenvolvimento do aprendizado dos alunos, se necessário for, bem como o confronto dos resultados com o que está previsto no Projeto Político Pedagógico, referente à avaliação escolar;

27) Discutir os resultados do relatório com a equipe da Secretaria de Educação de forma presencial ou por meio de uma web conferência;

28) Analisar e responder aos profissionais que interponem recursos contra eventuais falhas nos resultados das avaliações, subsidiando a Secretaria de Educação com as informações, documentos e esclarecimentos necessários.



2) DA PREVISÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS, TURMAS E ALUNOS A SEREM AVALIADOS EM 2.015

UNIDADES ESCOLARES	FUNDAMENTAL					TOTAL
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	
1) EM DR GAMA	99	78	75	96	97	445
2) EM PROF. DARIO ANGELO TANTIN	40	-	-	-	-	40
3) EM PROFª ADELINA B. DOS SANTOS PACITTI	64	72	62	57	55	310
4) EM PROFª DARCY GARCIA GAVIRA	45	-	-	-	-	45
5) EM PROFª DIRCE SPÍNOLA NAJAS	130	103	132	107	107	579
6) EM PROFª GENI LEITE DA SILVA	116	107	98	110	85	516
7) EM PROFª IZABEL BRANCO	104	148	159	142	133	686
8) EM PROFª LEONOR CHAIM CURY	80	90	77	92	105	444
9) EM PROFª LUCINDA ARAÚJO P. GIAMPIETRO	67	76	73	84	65	365
10) EM PROFª NAYR BORGES PENTEADO	65	71	79	71	65	351
11) EM PROFª RUTH PINTÃO LOT	76	50	75	73	49	323
12) EM PROFª TERESINHA BOMBONATI	104	77	132	122	103	538
13) EM PROFª YVONNE MIRAGAIA PERUZZO	50	46	73	-	30	199
14) EM PROFº JOSÉ SEBASTIÃO V. CALÇADA	94	100	58	130	128	510
15) EM PROFº LUCIANO AUGUSTO CANELLAS	50	50	51	47	46	244
16) EM ROBERTO CLARK	94	109	85	100	97	485
Total de Alunos	1.278	1.177	1.229	1.231	1.165	6.080
Total de Turmas	54	48	48	49	45	244

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – SEMEBI 27/04/2015.

Poderá haver aumento nos números acima, em razão de novas matrículas na rede municipal de ensino.

Deverão ser elaboradas avaliações para as unidades escolares municipais, conforme exposto acima, sendo que a Secretaria Municipal de Educação fornecerá, de acordo com o estabelecido nas reuniões entre a contratante e a contratada, o número atualizado de alunos por unidade escolar e série para fins de impressão das avaliações, nos prazos a serem definidos.

3) DAS ÁREAS A SEREM AVALIADAS

Para avaliação dos alunos do 1º ano as mesmas deverão ser pontuadas de 0 a 100 (cem) pontos, considerando que deverá ter um formato diferenciado, quanto à avaliação e não



necessariamente à diferença de cadernos de teste, tendo em vista a necessidade da leitura ser realizada pelo Professor/Aplicador.

Para o nível de Ensino Fundamental (2º e 3º ano) as avaliações valerão um total de 100 (cem) pontos e versarão sobre as seguintes disciplinas:

Língua Portuguesa	Matemática	Ciências
12 (doze) questões	12 (doze) questões	12 (doze) questões

Para o nível de Ensino Fundamental (4º ao 5º ano) as avaliações valerão um total de 100 (cem) pontos devendo apresentar o percentual dos alunos proficiente/avançado e versarão sobre as seguintes disciplinas:

Língua Portuguesa	Matemática	Ciências
24 (vinte e quatro) questões	24 (vinte e quatro) questões	24 (vinte e quatro) questões

Os cadernos de avaliação deverão ser distintos, sendo um para Língua Portuguesa, um para Matemática e outro para Ciências.

OBS: Cada área de conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática e Ciências) terá pontuação máxima de 100 (cem) pontos, sendo que a média final do aluno será decorrente da soma dos acertos em cada área, divididos por 3 (três). Para a obtenção da média 100,00, poderá ser atribuída a uma ou mais questões, conforme orientação da Secretaria de Educação, pontuação diferenciada, se assim se justificarem as habilidades exigidas.

Na elaboração das avaliações será **obrigatória a observância dos conteúdos e habilidades estabelecidas nas Diretrizes Nacionais, descritores da Provinha Brasil/Prova Brasil/SAEB e, ainda, no Plano de Ensino das Escolas Municipais.**

4) DOS PRAZOS DA CONTRATADA

A partir da aquisição dos serviços da contratada, esta deverá entregar os cadernos/gabaritos/questionários impressos, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência da



previsão para a aplicação das avaliações para conferência e análise final por Comissão da Secretaria Municipal de Educação. Tal procedimento não isentará a contratada de apresentar, antes mesmo do processo de impressão acima descrito, cópia das avaliações, em data a ser definida pela contratante, para análise da Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de apuração da qualidade das questões elaboradas e emissão de parecer quanto à necessidade ou não de adequação, exclusão ou inserção de outros itens.

A data prevista para a aplicação das avaliações será na segunda quinzena do mês de outubro (**entre os dias 19 e 30/10/2015**) e os relatórios com os resultados tabulados deverão ser entregues pela contratada **até o último dia útil do mês de janeiro do ano posterior, ou seja, 29/01/2016.**

5) DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

A empresa vencedora do certame deverá apresentar memorial descritivo e amostras dos materiais (abaixo relacionados) necessários para a plena execução da avaliação da aprendizagem dos alunos e análise dos resultados obtidos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o encerramento do certame, entregues em embalagem devidamente etiquetada com o nome da licitante e descrição dos itens. As amostras deverão ser entregues na Secretaria de Educação, sito a Rua Siqueira Campos, 362 – Centro, no horário que compreende das 8h às 11h e das 13h e 30min às 16h e 30min, quando será expedido termo circunstanciado discriminando os itens recebidos

As amostras serão analisadas por uma equipe indicada pela Secretaria de Educação obedecendo às descrições elencadas nas “Especificações da Avaliação da Aprendizagem Escolar”, sendo que a equipe terá prazo de até 05 (cinco) dias úteis para conclusão da análise.

Materiais/Itens a serem entregues como amostra:

- a) Memorial Descritivo completo de como serão elaboradas e realizadas as avaliações;
- b) Modelos dos Relatórios Finais;
- c) Modelos de Cadernos de Avaliação, sendo um de cada Ano e Disciplina, ou seja, 1º Ano – Língua Portuguesa, 1º Ano – Matemática, 1º Ano – Ciências, 2º Ano – Língua Portuguesa, 2º Ano – Matemática, 2º Ano – Ciências, 3º Ano – Língua Portuguesa, 3º Ano – Matemática, 3º Ano – Ciências, 4º Ano – Língua Portuguesa, 4º Ano – Matemática, 4º Ano – Ciências, 5º Ano – Língua Portuguesa, 5º Ano – Matemática e 5º Ano – Ciências.
- d) Modelos de Questionários Contextuais, sendo um de cada segmento: Alunos, Professores e Diretores.



6) DISPOSIÇÕES FINAIS

As empresas licitantes deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social.

O contrato poderá ser renovado conforme legislação vigente e conveniência da Administração Pública.

Este documento tem o objetivo de servir de guia de orientação prévia, sendo que, em caso de contratação, os processos e termos contratuais definitivos serão estatuídos por meio de ações de departamento competente da Administração Municipal, sem prejuízo dos mencionados nesta orientação.

Birigui, 27 de abril de 2015

FÁBIO MARIANO DA PAZ
Supervisor de Ensino

SÔNIA REGINA GUARALDO
Secretária de Educação